

Título: Paulo Freire; pequena biografia

PAULO FREIRE: Pequena Biografia

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco, uma das regiões mais pobres do país, onde logo cedo pôde experimentar as dificuldades de sobrevivência das classes populares. Trabalhou inicialmente no SESI (Serviço Social da Indústria) e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Ele foi quase tudo o que deve ser como educador, de professor de escola a criador de idéias e "métodos"

Sua filosofia educacional expressou-se primeiramente em 1958 na sua tese de concurso para a universidade do Recife, e, mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação daquela Universidade, bem como em suas primeiras experiências de alfabetização como a de Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963.

A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados. A metodologia por ele desenvolvida foi muito utilizada no Brasil em campanhas de alfabetização e, por isso, ele foi acusado de subverter a ordem instituída, sendo preso após o Golpe Militar de 1964. Depois de 72 dias de reclusão, foi convencido a deixar o país. Exilou-se primeiro no Chile, onde, encontrando um clima social e político favorável ao desenvolvimento de suas teses, desenvolveu, durante 5 anos, trabalhos em programas de educação de adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). Foi aí que escreveu a sua principal obra: *Pedagogia do oprimido*.

Em 1969, trabalhou como professor na Universidade de Harvard, em estreita colaboração com numerosos grupos engajados em novas experiências educacionais tanto em zonas rurais quanto urbanas. Durante os 10 anos seguintes, foi Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Nesse período, deu consultoria educacional junto a vários governos do Terceiro Mundo, principalmente na África. Em 1980, depois de 16 anos de exílio, retornou ao Brasil para "reaprender" seu país. Lecionou na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1989, tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo, maior cidade do Brasil. Durante seu mandato, fez um grande esforço na implementação de movimentos de alfabetização, de revisão curricular e empenhou-se na recuperação salarial dos professores.

Em Paulo Freire, conviveram sempre presente senso de humor e a não menos constante indignação contra todo tipo de injustiça. Casou-se, em 1944, com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira, com quem teve cinco filhos. Após a morte de sua primeira esposa, casou-se com Ana Maria Araújo Freire, uma ex-aluna.

Paulo Freire é autor de muitas obras. Entre

elas: Educação: prática da liberdade (1967), Pedagogia do oprimido (1968), Cartas à Guiné-Bissau (1975), Pedagogia da esperança (1992) À sombra desta mangueira (1995).

Foi reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa através de numerosas homenagens. Além de ter seu nome adotado por muitas instituições, é cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no exterior.

A Paulo Freire foi outorgado o título de doutor Honoris Causa por vinte e sete universidades. Por seus trabalhos na área educacional, recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: "Prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento" (Bélgica, 1980); "Prêmio UNESCO da Educação para a Paz" (1986) e "Prêmio Andres Bello" da Organização dos Estados Americanos, como Educador do Continente (1992). No dia 10 de abril de 1997, lançou seu último livro, intitulado "Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa". Paulo Freire faleceu no dia 2 de maio de 1997 em São Paulo, vítima de um infarto agudo do miocárdio.

Contato

Comitê defende ensino público e gratuito

O Comitê da Defesa do Ensino Público e Gratuito surge a partir de debates ocorridos durante a Semana de Educação em São Paulo, realizada em outubro de 1979 e de preocupações de grupos de educadores evidenciadas em encontros de entidades associativas no âmbito do Estado.

Analisadas as condições atuais do sistema educacional brasileiro chegou-se à conclusão de que enfrentamos hoje, uma crise sem precedentes. Tal crise não ocorre por acaso. Se levarmos em conta a filosofia que orienta o Ensino Fundamental e de 2.º grau traduzida no texto da Lei n.º 5692 de 11.11.71, concluiremos que a educação está voltada para o desenvolvimento econômico prioritariamente, e mais, desenvolvimento garantido pela segurança. Acrescentando a estes dados o que se coloca na Lei de Reforma Universitária de 28.11.68 verificamos que todo poder de decisão está concentrado nos altos cargos administrativos; que os quadros docentes, técnicos-científicos e discentes foram destituídos dos direitos de participação e de agremiação; que os currículos aprovados pulverizam a ação docente, impedindo com isso a integração pedagógica e alienando os estudantes, levando-os a uma compartimentalização do conhecimento, o que, no ensino universitário, poderá levar a uma falsa visão da profissionalização e da realidade social.

Neste contexto convém questionar as reiteradas afirmações do Estado perante o seu interesse em democratizar o ensino, e oferecer oportunidades educacionais para todos. Na realidade o que se constata é a expansão da rede particular de ensino em todos os níveis ao lado de um progressivo esvaziamento da rede pública. Enquanto os alunos dos estratos sócio-econômicos mais elevados estão frequentando escolas de Ensino Fundamental e de 2.º grau em regime pago, dando a eles melhores condições de ocupar as vagas das Universidades Públicas, os de camadas mais baixas frequentam a escola pública de 1.º e 2.º grau ou pagam cursos supletivos restando-lhes apenas a chance de concorrer às vagas das Faculdades Particulares. No plano relativo do valor do ensino, as Universidades Públicas ainda são consideradas de melhor nível.

A partir das idéias e informações expostas e a partir da constatação de que a dotação para a Educação é inferior a 4% no Orçamento da União em 1980, concluímos que a realidade educacional não poderia



ser diferente. Na medida em que a educação está fortemente vinculada ao modelo econômico vigente fica claro que o mais importante passa a ser a formação de Mão de Obra abundante e pouco qualificada. Essa resultante propicia o rebaixamento de salário dos profissionais em geral e paralelamente cria condições para o surgimento de verdadeiras empresas de ensino, nas quais o principal objetivo é o lucro.

Neste quadro educacional todas as pessoas identificadas com a defesa dos direitos e necessidades do povo brasileiro e particularmente interessadas em educação retomam a luta em defesa do ensino público e gratuito por considerar que educação é um direito natural do cidadão e dever do Estado. Na realidade é a maioria da população que trabalha e produz a riqueza nacio-

nal, propiciando o desenvolvimento econômico. É natural também que essa riqueza seja partilhada por todos e não seja encarada como privilégio. Assim o Estado tem o dever de dedicar à população a parcela necessária para atender suas necessidades básicas, entre as quais se destaca a Educação.

Objetivos do comitê

1 — O Comitê tem por objetivo lutar pelo Ensino Público e Gratuito, exigindo que o Estado assuma efetivamente a Educação como sua responsabilidade.

2 — O Comitê luta contra a desobrigação do Estado com relação à Educação, exigindo que sejam construídas mais escolas, para que mais crianças possam participar do pro-

cesso educacional; exigindo que os professores sejam pagos condignamente, para que possam manter-se, especializar-se e, portanto, contribuir para a elevação do nível de ensino; exigindo que o Estado assumam, também a manutenção de todas as escolas, a fim de que se garantam condições para um ensino de boa qualidade e devolvendo às APMs seu caráter de elemento integrador escola/comunidade.

3 — O Comitê luta contra a tentativa de autarquia das Universidades, o que viria como consequência direta da aprovação e execução do Projeto Portela que visa, basicamente, a institucionalização da Universidade Empresa e, portanto, paga.

4 — O Comitê luta contra aumentos abusivos de anuidades e so-

bretaxas nas escolas particulares dos três graus.

5 — O Comitê luta, principalmente, pelo direito de participação do povo nas discussões e deliberações que envolvem projetos educacionais e tem como objetivo lutar por uma Educação voltada às reais necessidades do povo brasileiro — trabalhadores da cidade e do campo — em relação a todas as etapas do processo educacional.

6 — O Comitê propõe-se a divulgar e assumir todas as lutas do povo quanto a um novo processo educacional vinculado aos seus interesses.

7 — O Comitê visa estreitar os laços de união dos setores populares e democráticos, na luta por uma Educação voltada aos interesses do povo brasileiro.

Caráter do comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito

1 — O Comitê só se viabilizará organizando-se através de um amplo processo, permitindo a incorporação em suas fileiras de todas as pessoas interessadas na defesa do Ensino Público e Gratuito.

2 — Uma proposta alternativa de projeto educacional só se concretizará quando os trabalhadores e todo o povo brasileiro estiverem à sua frente, tornando-se sua principal força.

3 — O Comitê de Defesa do Ensino Público é um movimento amplo, que visa articular-se em âmbito estadual e nacional.

4 — O Comitê se solidariza e apoia toda e qualquer luta que defenda os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Organização do Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito

1 — O Comitê está aberto a todas as entidades, movimentos, grupos organizados e pessoas que apoiem os seus princípios e objetivos, e que dele queiram participar.

2 — O Comitê, congregando amplos setores sociais, propõe-se a debater todos os temas relacionados à Educação, respeitando as decisões tomadas democraticamente.

3 — É fundamental, para o Comitê, a articulação dos núcleos de base, ou seja, APMS, SABS, locais de moradia, CAS, etc., sendo que esses núcleos e outras formas de participação farão a luta pela defesa do ensino público enraizar-se nas mais amplas camadas da população.

4 — O Comitê de Defesa do Ensino Público estrutura-se através de um Conselho de Entidades, que elege uma Secretaria Executiva, cabendo a esta articular Comissões de Finanças, Debates, Imprensa e Contatos.

5 — A instância máxima de deliberação é a plenária do Conselho de Entidades, sendo que cada entidade, movimento ou grupo organizado terá direito a um voto.

6 — A escolha do representante de cada entidade deverá respeitar a instância de deliberação das mesmas.

Pressão e intimidação

Os professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas estão intranquilos. Desde o começo do ano, oito professores foram atingidos por demissões, a totalidade deles ligados a Apropuc — Associação dos Docentes daquela universidade. O presidente da associação, Adalberto Paranhos — o primeiro atingido pela "operação caça às bruxas", como se convencionou chamar essas demissões — afirma que, apesar das declarações oficiais de que elas não teriam vinculação com a atuação política dos demitidos, "há uma guerra, ainda não declarada, da reitoria contra a Apropucc".

Paranhos afirma que existe mais do que uma simples coincidência, por trás das demissões. E que se trata "de investir contra os perturbadores da ordem ditatorial que se implantou nas universidades".

— Aplica-se, então, mais um fundo golpe contra a liberdade de expressão e organização e se reforça, inegavelmente, a triagem ideológica na Pucc, em desrespeito a orientação que emana dos documentos oficiais da própria Igreja sobre o papel das universidades católicas na América Latina, analisa Paranhos.

Triagem ideológica: prática generalizada

Segundo Paranhos, a falta de liberdade de expressão política que se manifesta dentro das universidades foi uma consequência da revolução de 1964: "A ditadura se transpôs também para dentro das

universidades, cujos altos dirigentes, guiados a seus cargos graças a processos espúrios e anti-democráticos, se acostumaram, na maioria das vezes, a reconhecer aos professores tão-somente o direito de ouvir e o dever de obedecer".

Exemplificando a afirmação, o professor lembra o caso da Apropucc, que foi vítima de hostilidade quando ainda era idéia: ainda na sua fase de articulação, recebia as investidas do reitor da universidade, Benedito José Barreto Fonseca, que chegou a demitir uma professora empenhada em sua construção.

Atualmente, conta Paranhos, a perseguição dentro da universidade é mais evidente, e os professores com maior atuação política chegam a ser intimidados pela segurança interna da instituição. Além disto, há o caso das recentes demissões — cuja execução foi feita pela alta cúpula, sem o conhecimento dos próprios departamentos onde trabalhavam os professores.

Cruzada contra associações de docentes

Apesar de as demissões na Pucc serem "a mais grave investida" contra uma associação de docentes no País, nos últimos tempos, o presidente da Apropucc considera que esta ofensiva não é isolada. "Os professores das universidades estão armados de superpoderes, possibilitando a círculos restritos de pessoas a concentração dos poderes, que são frequentemente utilizados para reprimir a liberdade

de expressão e organização".

— No caso das escolas particulares, que operam segundo a lógica do capital, busca-se combater, através de todo um arsenal de intimidades e arbitrariedades, especialmente os professores preocupados com a melhoria das condições salariais, analisa Paranhos.

Ele prova a sua teoria citando os dados levantados no II Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários. Nele, foram constatadas 290 demissões, 280 das quais nas escolas particulares, incluindo sete presidentes de associações de docentes e outros diretores. Esses dados, segundo o professor, supõem "a existência de um plano pré-concebido" para afastar professores, alunos e funcionários dos centros de decisão da universidade.

— Um início disto aparece num trecho do relatório da última reunião do Conselho de Reitores, em Curitiba, no qual se ressalta que as associações de docentes, embora legítimas, tendem a assumir um caráter sindical e, conseqüentemente, "estimulam a oposição trabalhadora em detrimento da verdadeira noção de comunidade universitária", lembra.

E troca em milúdos, de acordo com sua visão: "esta declaração não passa de uma ameaça velada para reprimir as associações de docentes".

Por último, o professor afirma que, se a Apropucc assumiu um caráter sindical, foi mais em função da inoperância do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, e diz que a Apropucc, apesar das baixas, continuará na luta, através da união entre diretores e associados.

UMA EDITORA DE AUTORES

Grupo de Professores, reunidos sob a motivação comum de divulgar trabalhos de escritores brasileiros, acaba de criar a Editora Autores Associados.

Os lançamentos deste início de ano são os seguintes, em co-edição com a Cortez Editora.

Revista Educação e Sociedade n.º 5; *Inovação Educacional no Brasil: Problemas e Perspectivas* — Walter Esteves Garcia (Coordenador); *Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito* — Moacir Gadotti; *Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica* — Dermeval Saviani; *Poder Político e Educação de Elite* — Maria Elizabet Sampaio Prado Xavier; *Curso de Filosofia da Educação* — Dermeval Saviani.

I CBE - reaprendendo a educação brasileira

Pelo número de simpósios e painéis, a Primeira Conferência Brasileira de Educação constituiu-se num balanço crítico da educação no Brasil, notadamente da última década. Com base nesse balanço e avaliação crítica, seus organizadores pretendem "reaprender a educação brasileira", não a partir de grandes teorias ou de grandes teóricos, de belos discursos, mas a partir da reflexão conjunta dos problemas, a partir daqueles que fazem, que praticam a educação.

Esse propósito máximo é, segundo as entidades que assumiram a iniciativa de promover a I CBE, o horizonte comum sobre o qual deveriam ser encaminhadas as discussões e as propostas. Ao comércio e à traficação que a dominação política dos últimos anos introduziu no âmbito da educação, respondem hoje os educadores, não só se organizando e reivindicando melhores salários e melhores condições de ensino, mas ainda, o direito de ensinar e de educar para o livre exercício da cidadania, educar para a liberdade e não para a domesticação o direito de ensinar para a hegemonia da sociedade civil.

Todas as categorias de trabalhadores estão hoje tomando a palavra. Uma nova linguagem brota com o surgimento de uma nova sociedade. Os educadores também estão tomando a palavra. É bom que a toda-poderosa sociedade política vá se acostumando a ouvir novas vozes, pois se foi relativamente fácil, no passado, sufocar algumas centenas delas, não será fácil abafar o canto de milhares de vozes juntas. O direito de falar parece conquistado. Mas não se pode ficar aí. É preciso saber

que soluções podem ser apontadas para superar os problemas denunciados.

A I Conferência Brasileira de Educação, reunindo o esforço não só das entidades promotoras, mas igualmente de numerosas outras que a elas se associaram na preparação, parece estar demonstrando que, para que a educação no Brasil caminhe democraticamente, necessita menos de grandes planos e propósitos, do que de uma ação concreta para proporcionar a grande massa dos postergados da educação que são a classe trabalhadora popular, aquilo que lhe é garantido pela Constituição burguesa: uma educação fundamental gratuita.

O Brasil pode ser definido, no que concerne à educação, como um Estado-pedagógico, problemas, fazer críticas e avaliações e nisso ainda insistem certos setores educacionais do governo. (A I Conferência Brasileira de Educação pretende dar um passo a frente do simples balanço crítico.)

A I Conferência Brasileira de Educação não foi projetada a partir de nomes ou de responsáveis pela política oficial, mas a partir das bases dos trabalhadores em educação, de seus problemas e interesses imediatos: reaprender a educação brasileira a partir das bases. A I Conferência Brasileira de Educação esforça-se por definir os passos que os trabalhadores na educação se comprometem a dar, agora, para uma educação para a hegemonia, isto é, uma educação que prepare o povo para o exercício pleno de seus direitos sociais e políticos.

isto é, um Estado que fixa planos, currículos e programas de cima para baixo, sem ouvir os interessados, determinando o que deve e o que não deve ser transmitido na escola. Esse paternalismo cria a dependência do aluno, desestimula a sua autonomia, impossibilita praticamente a intervenção na educação por parte daqueles que a ministram. Os "pacotes pedagógicos" servem, por outro lado, para inculcar certos valores que são aqueles da classe econômica que domina o Estado, marginalizando, os interesses das classes populares.

A essa arrogância da classe que se apoderou do Estado, respondem hoje os educadores organizando-se para reorientar os rumos da educação, para conquistar o direito de educar, e, ao mesmo tempo, pensar a educação. Essa organização reflete-se hoje no teor dos debates dos recentes encontros e congressos regionais e nacionais. Após muitos anos, prevalece a solidariedade entre os representantes dos diversos graus de ensino e entre os representantes do ensino público e particular, superando antigos antagonismos.

O nível de organização e de consciência política dos educadores permite agora realizar um encontro nacional, cujo caráter essencial será o encaminhamento de formas de ação e de participação dos educadores na estrutura e no funcionamento da educação no Brasil, visando atuar na elaboração das diretrizes políticas e prioridades estabelecidas nesse campo.

Até bem pouco tempo a tendência tem sido reconhecer os